

VOZES

DAS

COMUNIDADES

Setembro de 2025
Ano XXI - Nº 19

Um jornal feito
pelas
comunidades
a serviço das
comunidades

FIM DA ESCALA 6x1 É O INÍCIO!

PÁGINA 5



Rodrigo Matos



GM ARMADA

*Mais um capítulo da
violência de ESTADO*

PÁGINAS 6 E 7



RESISTÊNCIA CULTURAL

*O levante da PERIFERIA
e sua produção cultural*

PÁGINAS 14, 15 E 16



Montagem: Carlos D 2025

CHACINA DO MORRO DO ESTADO "18 anos sem meu

Hoje, 18 anos depois, em 2025, Sabrina Pacheco, irmã de Wellington, se forma comunicadora popular pelo NPC e fala ao Vozes das Comunidades

Na noite de 03/12/2005, por volta das 22h, Carlos Alberto, Wellington e Luciano estavam voltando de uma lan-house no Morro do Estado, em Niterói, e indo para uma festa, quando foram atacados por um grupo de policiais a tiros de fuzil. Wellington foi executado com cinco tiros à queima-roupa, Luciano levou dois tiros pelas costas e Carlos Alberto refugiou-se num bar após ser atingido na perna. Foi perseguido pelos PMs e, aparentemente, só não foi morto porque no bar haviam outras pessoas, inclusive crianças. Em outro local da mesma comunidade, perto dali, Edmilson, José Maicon e Wedson também foram atingidos por tiros. Todos eles foram alvejados a curta distância e com sinais de que tentaram se defender (tiros nos antebraços e mãos, por exemplo).

Sabrina Pacheco

Há 20 anos, perdi meu irmão Wellington Santiago, com apenas 11 anos, em uma chacina que marcou nossas vidas, no Morro do Estado, em Niterói. Quatro jovens, incluindo três adolescentes, foram assassinados pela Polícia Militar sob o argumento do "Auto de Resistência". Testemunhas locais afirmam que foi uma chacina.

Hoje, como Assistente Social, faço parte do Projeto Socioeducativo Casa Reviver, que nasceu da dor e da luta. É um projeto que foi idealizado por Vinicius e Karina depois desse episódio para atender e cuidar das crianças e adolescentes da nossa favela.

Hoje, luto pela justiça e contra a violência que afeta crianças e adolescentes.

É revoltante ver que, desde 2007, mais de 113 crianças e adolescentes foram assassinados por armas de fogo no Rio de Janeiro. A resposta para a violência não pode continuar sendo mais violência, mas sim políticas públicas que garantam direitos ao lazer, educação, cultura, saúde, alimentação, justiça e proteção. Todas as crianças merecem ter dignidade e suas infâncias preservadas e cuidadas.

ENCONTRO COM O GRITO



Divulgação

Neste 7 de setembro de 2025, o 31º Grito dos Excluídos ocupou as ruas de várias cidades do Brasil, com o tema "Vida em Primeiro Lugar" e o lema "Cuidar da casa comum e da democracia". Como todos os anos, nós do Vozes das Comunidades estivemos juntos. A luta é coletiva. Sigamos!

Vozes das Comunidades

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO VITO GIANNOTTI DE COMUNICAÇÃO POPULAR

R. Alcindo Guanabara, 17, sl. 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Site: nucleopiratininga.org.br

Contatos: npiratininga@piratininga.org.br

Tel.: (21) 99628-3667

Coordenação: Luisa Souto

Jornalista responsável: Claudia Santiago (MTB 14915)

Design gráfico: Carlos D Medeiros

Professores: Claudia Santiago | Leon Diniz | Wolney Malafaia | Mateus Mendes | Arthur William | Ana Lucia Vaz | Lucas Novello | Carlos D Medeiros

Agradecimentos: Sinpro-Rio | Ocupação Manoel Congo | Tuia Café Cultural | Lidiane Mosry

Equipe - Turma 2025: Ana Clara Ferreira | Ana Luiza Teixeira | Ana Luiza Santos de Sousa | Ana Maria Leone | Ana Paula de Souza Vieira | Arioneide Alves Batista | Clara Reis Alvim | Diego Lopes | Edmilson Gomes da Silva | Elisa Beatriz Guerra | Emanuela Neves do Amaral | Gabriela Moreira Ribeiro | Helisa Moraes | Jane Sant'Ana | Jessica Toledo Brandão | Jessica Soares | Joana Guedes Galetti | Jonathan Oliveira Monteiro | Karina Pecis Valente | Laryssa Pereira de Souza | Lucas Novello | Marcelo Ferraz | Márcia Cristina Silva | Maria Carolina Castro | Maria de Fátima Tomaz | Maria Fernanda de Freitas Sueth | Marília da Paixão Lima | Paula Verônica Carvalho | Rafaela Cristine da Silva Camilo | Rodrigo Maciel Vidal | Rodrigo Matos | Rodrigo Vasconcellos | Sabrina Pacheco | Vinicius Avelino dos Anjos



Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva do Núcleo Piratininga de Comunicação e não representa necessariamente a posição da FRL.

NPC
Núcleo Piratininga
de Comunicação

MORADIA

OCUPAÇÕES URBANAS

Dos barracos de lona e bambu à casa própria

História das ocupações Povo Maravilha, Vito Giannotti e Manoel Congo são parte importante da luta por moradia no Centro do Rio de Janeiro

Ana Luisa Souza, Elisa Beatriz, Joana Guedes e Maria Carolina Castro

Em uma metrópole como o Rio de Janeiro, onde a especulação imobiliária impera e o direito à moradia digna muitas vezes é negado às classes trabalhadoras, movimentos sociais e ocupações urbanas emergem como frentes de resistência e esperança. No centro da cidade, área rica em infraestrutura e serviços, a batalha contra o “apartheid urbano” ganha força através da organização de famílias que transformam prédios vazios em lares e projetos de vida. As histórias das ocupações Povo Maravilha, Vito Giannotti e Manuel Congo ilustram essa luta.

Povo Maravilha: Enfrentando o Apartheid Urbano

Na região do Porto Maravilha, conhecida como “Pequena África”, a Ocupação Povo Maravilha, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), abriga quase 200 famílias. Para Gabriel Siqueira, coordenador nacional do MTST “o avanço das negociações pode significar um passo importante para a democratização do Porto Maravilha, promovendo moradia digna e reparação histórica para a população de baixa renda.” Recentemente, MTST e a Companhia Docas do Rio de Janeiro firmaram um acordo histórico para negociar a destinação da área para projetos de moradia popular dentro do programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades. O pro-

jeto tem potencial para ser o primeiro empreendimento da Faixa 1, voltado para famílias que ganham até 1 salário mínimo, na região.

Vito Giannotti: Uma Vitória de Dez Anos de Luta

A Ocupação Vito Giannotti, no bairro Santo Cristo, na zona portuária, é um testemunho de persistência. Há dez anos, cerca de 30 famílias ocupam um antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que estava abandonado há mais de 15 anos. Organizada pela Central dos Movimentos Populares (CMP), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e União Nacional de Moradia Popular (UMP), a ocupação homenageia o ativista e comunicador popular Vito Giannotti.

Em 2024, após anos de insegurança e ameaças de despejo, a Justiça do Rio extinguiu o processo de reintegração de posse e destinou o imóvel para programas de habitação de interesse social. Mais recentemente, foi celebrado o contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal, via MCMV – Entidades, que prevê obras de requalificação do imóvel incluindo toda a hidráulica, elétrica, pisos, instalação de elevador, auditório e espaços de convivência.

De acordo com Marcelo Edmundo, coordenador nacional da CMP e morador, “a luta ago-

ra é para reduzir os prazos burocráticos, com expectativa de iniciar as obras na metade de 2026.”

Para os moradores, a ocupação não é apenas um teto, mas uma rede de apoio e solidariedade.

Manoel Congo: A Conquista da Requalificação

A Ocupação Manoel Congo, na Cinelândia, vinculada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), tem uma trajetória de destaque desde seu início, em 2006. Após uma primeira tentativa frustrada de ocupar o Cine Vitória em outubro de 2007, cerca de 42 famílias ocuparam o atual prédio, que pertencia ao INSS e estava abandonado há cerca de 10 anos.

A ocupação mobilizou grande apoio, incluindo do então presidente Lula, que ressaltou a importância da função social da propriedade. Em maio de 2008, o Plano de Trabalho com o Ministério das Cidades foi aprovado para aquisição e requalificação do imóvel. Em outubro de 2010, o imóvel foi declarado de Interesse Social, negociado com o INSS e comprado pelo Estado do Rio de Janeiro. No entanto, a compra não encerrou os desafios. Só após acampamentos no Ministério das Cidades e atos na Caixa, os recursos foram liberados através do programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

As obras de requalificação começaram em 2014 e hoje o prédio tem 42 apartamentos individuais e espaços coletivos para geração de trabalho e renda, como o Tuia Café, a Casa de Samba Mariana Crioula e um salão de beleza. Os moradores também organizaram uma cooperativa, a Liga Urbana, para gerar trabalho e renda.

Apesar de o prédio continuar sendo propriedade do Estado, a coordenação da obra e do uso é feita pelo MNLM, e os moradores terão uma concessão de uso do imóvel.

Um Chamado à Reforma Urbana

A Fundação João Pinheiro – instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – elaborou o Relatório do Déficit Habitacional no Brasil em 2022, utilizando dados do IBGE. O relatório foi publicado em 2024. O estudo mostra que, na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 2022, 94.457 domicílios estavam em situação precária, ou seja, não ofereciam condições mínimas para que as pessoas vivessem de forma saudável. Além disso, 79.614 domicílios eram formados por famílias em coabitação familiar não desejada, aquelas que moravam juntas por falta de condições de se mudar. E há também habitações urbanas alugadas cujas famílias precisavam comprometer a satisfação

de outras necessidades básicas para pagamento do aluguel.

Em 2022, o déficit de habitação na região metropolitana do Rio de Janeiro era de 232.658 domicílios. Aumentou. Em 2024, já eram 409.640 nessa situação.

E estamos falando de domicílios. Há ainda as pessoas em situação de rua, que, de acordo com o Censo da População de Rua de 2022, elaborado por órgãos da prefeitura do Rio, conta com mais de 7.800 pessoas. No que diz respeito a dados estaduais e nacionais, estudos realizados pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2024, 30.801 pessoas estavam em situação de rua no estado do Rio de Janeiro e 327.925 no Brasil.

As experiências de Povo Maravilha, Vito Giannotti e Manuel Congo, no centro do Rio de Janeiro, ressaltam o poder da organização popular e a urgência de uma reforma urbana que garanta o direito à moradia para todos, fazendo valer a função social da propriedade, combatendo o apartheid urbano e promovendo cidades mais justas e inclusivas.



Maria Carolina Castro

O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, PREFEITURA?, PROMETEU 10 MIL MORADIAS, MAS ENTREGOU MENOS DE 1%.

SEGURANÇA ALIMENTAR

COZINHAS SOLIDÁRIAS

Unidas no combate à fome

Marcelo Ferraz e Jéssica Soares

Em tempos de crises múltiplas, sanitária, econômica e social, surgiram no Brasil as cozinhas solidárias, iniciativas comunitárias que oferecem muito mais do que refeições: oferecem dignidade, acolhimento e fortalecimento comunitário.

No Brasil, as cozinhas solidárias tomaram forma principalmente durante a pandemia de COVID-19, como resposta emergencial à explosão da fome e à queda de renda das camadas vulneráveis. Organizações como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) foram pioneiras. Para o movimento, cada refeição distribuída era em si um ato político, uma afirmação de que o direito à alimentação é fundamental.

Hoje, essas redes se ampliaram significativamente. Segundo dados do governo

federal, existem mais de 2000 cozinhas solidárias em funcionamento no Brasil. A criação da Lei nº 14.628/2023 e do Decreto nº 11.937/2024 institucionalizou o programa Cozinha Solidária, consolidando-o como política pública.

Em âmbito comunitário, muitas cozinhas são autogeridas, com voluntariado e fortes laços locais. No caso das cozinhas do MTST, já são mais de 50 que servem milhares de refeições e funcionam como centros de convivência, ensino e acolhimento em vários estados do Brasil.

Cozinhas são também centros de convivência, ensino e acolhimento

Para além da comida, esses espaços se tornaram polos de mobilização comunitária. Muitos oferecem oficinas, rodas de conversa, feiras de agricultores familiares, hortas urbanas,

SEGUNDO DADOS DO GOVERNO FEDERAL, EXISTEM MAIS DE 2000 COZINHAS SOLIDÁRIAS EM

saboarias artesanais, cursos e até reforço escolar.

A articulação com políticas públicas e agricultura familiar é uma marca forte. O Programa Cozinha Solidária se integra com o PAA, hortas urbanas e outros programas de segurança alimentar, fortalecendo cadeias locais e gerando soberania alimentar.

As Cozinhas Solidárias foram e têm sido fundamentais



para a saída do Brasil do Mapa da Fome. Elas mostram que quando o povo se organiza territorialmente e politicamente, avançamos na garantia de direitos. Mesmo com muitos desafios a serem superados, esse é um resultado da força coletiva popular dos territórios, principalmente, favelados periféricos na luta por justiça social e pelo direito à alimentação como prioridade.



Comida e trabalho voluntário para alimentar a população de Rio das Pedras

A experiência de Ivone Rocha, diretora do Projeto Social Semeando Amor, durante a pandemia da Covid-19

Por Marília Paixão

As cozinhas solidárias são espaços abertos, onde se preparam refeições para entregar e servir as pessoas. Essa é a definição que nos dá a diretora do Projeto Social Semeando Amor em Rio das Pedras, Ivone Rocha, conhecida como Dona Ivone. Ela nos explica como funcionou a Cozinha solidária do Semeando Amor durante o período da

pandemia COVID-19. “Abrimos a cozinha de maneira emergencial para servir duas refeições diárias para a população em situação de insegurança alimentar e enfermidades na comunidade de Rio das Pedras”, em Jacarepaguá.

Para realizar essa tarefa, Dona Ivone contou com a parceria das Clínicas da Família do território para fazer o mapeamento das famílias e pessoas com mais dificuldades de sair

de casa por conta de enfermidades diversas, além do vírus, e também que estivessem em situação grave de insegurança alimentar. “Foi necessário ter esse parâmetro porque, infelizmente, ela sabia que não poderíamos atender a muitas pessoas”, diz.

Dona Ivone servia café da manhã e almoço para as pessoas que se dirigiam ao Semeando Amor em busca da primeira refeição do dia e depois retornavam para buscar as quentinhas. Dependendo das doações que o projeto recebia, elas podiam levar a mais, mas, infelizmente, muitas vezes tinham que levar quantidades reduzidas para dividir entre seus familiares.

Trabalho voluntário

Ivone contou com a ajuda de voluntários na cozinha para o preparo das refeições e arrecadação de doações de alimentos e materiais, como as embalagens de quentinhas. E também com jovens que faziam as entregas das refeições às pessoas com problemas de locomoção ou mais vulneráveis a contrair o vírus.

Dona Ivone diz que o trabalho voluntário é fundamental para manter a cozinha solidária funcionando, pois os custos são altos. O voluntariado foi a força motriz para que a cozinha existisse em um momento tão delicado no mundo todo. Inclusive, ela colocou em prática os ensinamentos que o Semeando Amor difunde: o aproveitamento integral dos alimentos e novos usos dos mesmos, nas receitas para manter o nível de nutrição do cardápio das quentinhas oferecidas à população.

DIREITOS DO TRABALHADOR

PRECARIZAÇÃO

0 fim da 6x1 é o mínimo, mas não é o suficiente

Rodrigo Mattos

A luta pelo fim da escala 6x1 coloca em pauta as demandas econômicas da classe trabalhadora e exige o combate a outras formas de precarização

Gabriela Ribeiro

Um dos grandes debates nacionais atuais é a luta contra a escala 6x1. Mesmo que não houvesse pesquisas apontando a rejeição majoritária da população a essa jornada exaustiva, qualquer pessoa pobre sabe que essa realidade é insustentável.

Nenhum trabalhador submetido a essa escala consegue encontrar equilíbrio entre vida pessoal, familiar, descanso, lazer ou cultura. A realidade do Brasil é de pessoas adoecidas física e mentalmente, com relações de trabalho desgastantes e submetidas a assédio moral e psicológico para aumento do lucro do patrão. Os maiores defensores desta escala estão entre aqueles que não a praticam e lucram com o suor dos trabalhadores.

Lutar pelo fim da escala 6x1 é essencial, mas insuficiente. É preciso defender a redução da jornada de trabalho sem perda salarial. É crucial destacar que o salário mínimo atual está longe de cobrir as necessidades básicas de uma família, como alimentação, saúde e educação. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o valor ideal para uma família de quatro pessoas seria de aproximadamente R\$ 7.500, contra os R\$ 1.518 atuais. Por isso, nas famílias mais pobres, é comum que crianças e adolescentes se submetam a trabalhos informais para complementar a renda insuficiente dos adultos.

O empreendedorismo não é o caminho

A luta coletiva deve impedir a flexibilização dos contratos de trabalho, evitando que o Estado legitime e fomenta contratações por hora ou regimes intermitentes – caracterizados pela descontinuidade, que obrigam os trabalhadoras e trabalhadores a acumular empregos para formar uma renda completa. As políticas de flexibilização da CLT e precarização atingem principalmente a população negra e pobre, que atua em setores como comércio, limpeza, segurança e atendimento.

Paralelamente, observa-se uma onda de desmoralização dos trabalhadores celetistas. Influenciadores digitais, artistas e outros profissionais zombam publicamente de quem tem carteira assinada. Essas críticas, embora reflitam uma realidade de salários baixos e falta de perspectivas – fruto de políticas econômicas neoliberais –, não apresentam soluções efetivas para a população.

Essas figuras públicas promovem o empreendedorismo como caminho para a independência, quando, na verdade, ele representa a individualização, a perda de laços de solidariedade e a ausência de direitos. Migrar da CLT para o PJ ou para a informalidade completa não garante aumento de renda, mas significa abrir mão de conquistas históricas, como o 13º salário.

Em junho de 2025, o IBGE divulgou que a população ocupada era de aproximada-

mente 102,3 milhões de pessoas – número que inclui trabalhadores formais do setor público ou privado, empregadores, por conta própria, domésticas com ou sem carteira assinada, informais e até quem auxilia familiares sem receber remuneração. Essa metodologia mascara a real situação do trabalho no país. No mesmo período, o Novo Cadastro Geral de Empregados e Empregadas (CAGED) registrou apenas 48,4 milhões de vínculos celetistas ativos. Então, o que acontece com os mais de 50 milhões restantes?

Mais de 60% das pessoas demitidas em 2022 viraram MEI

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) anunciou, no 1º quadrimestre de 2025, mais de 12,5 milhões de MEIs ativos, em um gráfico crescente. Para ilustrar, a Agência Brasil noticiou que mais de 60% das pessoas demitidas em 2022 que viraram MEI o fizeram por falta de alternativas – e hoje não é muito diferente. O MEI oculta a necessidade real de criação de postos de trabalho formais e mascara a precarização, ao formalizar relações informais. Além disso, esses contratos transferem a responsabilidade do empregador para o próprio trabalhador.

Essa mudança nos vínculos empregatícios – com a substituição de celetistas por MEIs e PJs – ganhou força com a contrarreforma trabalhista, fruto do Governo Temer, e teve sua revogação colocada como promessa de campanha eleitoral do Governo Lula-Alckmin. Entre seus principais pontos estão o peso excessivo de acordos coletivos e individuais em detrimento da lei,



a permissão para terceirização das atividades-fim, a piora nas condições de gestantes e lactantes permitindo o trabalho em locais insalubres e a flexibilização da jornada, que pode chegar a 12 horas.

Enquanto parte da classe trabalhadora sofre com postos precários na CLT, outra parte enfrenta a ausência de direitos e é direcionada para a ilusão de salvação via empreendedorismo.

O debate não é só sobre qualidade de vida

O debate sobre o fim da escala 6x1 não se restringe à qualidade de vida individual. Ele reflete uma política que prioriza o lucro de grandes empresários em detrimento do sangue e suor da população. Enquanto milhões de brasileiros sofrem sem seguridade social, com trabalhos que desgastam corpo e mente, ou estão desempregados, os lucros das empresas aumentam. Existe uma relação direta entre a concentração de renda e a piora

da qualidade de vida da classe trabalhadora. Discutir direitos trabalhistas é botar o dedo na ferida e enfrentar os grandes empresários, os burgueses.

O governo Lula-Alckmin mostrou-se favorável ao fim da escala 6x1 após muita pressão popular, mas não avança efetivamente. A abertura do Plebiscito Popular serve para dialogar com as massas e fazer propaganda, mas não para agir diretamente contra as estruturas que sustentam essa jornada. Em vez de medidas como a redução da jornada com aumento real do salário mínimo, a revogação das contrarreformas trabalhistas e previdenciária, a geração de postos de trabalho formais, a reestatização de empresas privatizadas e o aumento do investimento público com o fim do Arcabouço Fiscal, o governo fomenta a lógica do empreendedorismo e negocia com interesses privados, deixando a população à própria sorte.

É fundamental combater a escala 6x1 sem recair em outras formas de precarização do trabalho.

GUARDA ARMADA

Armamento da GM do Rio é mais um capítulo da violência de Estado contra a população

Vinicius Ribeiro

Em junho de 2025, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou em definitivo um projeto que regula o uso de armas de fogo pela Guarda Municipal

Lucas Novello e Rodrigo Mattos

A proposta, que teve 34 votos favoráveis e 14 contrários, reacendeu o debate sobre segurança pública, direitos humanos e o direito à cidade. Para especialistas em direitos humanos e movimentos de trabalhadores informais, a medida representa a ampliação da violência já praticada pelo Estado contra as populações mais vulneráveis.

Para se ter um exemplo, um estudo do Observatório das Metrópoles de 2019, aponta que 65% dos camelôs da cidade do Rio de Janeiro já tiveram mercadorias apreendidas pela Guarda Municipal e 57% afirmam já terem sofrido algum tipo de agressão física. Empurrões, chutes, socos e até agressões com cassetete. Os números expõem uma realidade de repressão cotidiana que tende a se agravar.

Maria de Lourdes do Carmo, a Maria dos Camelôs, foi uma das muitas vítimas da violência da Guarda Municipal. No ano de 2003, 15 dias após ter realizado uma cesariana, foi agredida enquanto trabalhava. Transformou a revolta em luta e fundou o MUCA (Movimento Unido dos Camelôs), onde atua diariamente pelos direitos dos trabalhadores informais. Atualmente, uma das principais lutas do MUCA é justamente contra o projeto de armar a GM.

“A gente tem muitos casos, mas tem um para mim que é

Foto: Lucas Novello



“HOJE, SEM ARMA DE FOGO, A GUARDA JÁ USA SPRAY, BALA DE BORRACHA, TASER E CASSETETE CONTRA A GENTE. JÁ SOMOS ESPANCADOS E PERSEGUIDOS. IMAGINA QUANDO ELES ESTIVEREM ARMADOS DE VERDADE? ARMADOS DE VERDADE?”

AGRESSÕES SOFRIDAS PELOS CAMELÔS POR SEXO NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO, RJ

Tipos de Agressões	Homens		Mulheres		Total	
	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)	Pessoas	(%)
Sim	67	65.0	18	39.1	85	57.0
Violência física	43	72.9	6	42.9	49	67.1
Violência Verbal ou moral	43	72.9	10	71.4	53	72.6
Violência patrimonial	7	11.9	5	35.7	12	16.4
Não	36	35.0	28	60.9	64	43.0
Total	103		46		149	100,0

Fonte: Pesquisa do Observatório das Metrópoles – Projeto Morar, Trabalhar e Viver no Centro, 2018.

Observação: Números apresentados com base em 85 respondentes que afirmaram ter sofrido agressão no exercício do trabalho. 10 pessoas não responderam a essa questão. Alguns entrevistados relataram ter sofrido mais de um tipo de agressão.

muito emblemático, que é o Rodrigo que foi espancado pela Guarda Municipal, perseguido e preso. A guarda colocou no micro-ondas, levou para a delegacia, bateu muito nele. Ele

ficou 11 meses preso.”, conta Maria.

Essas histórias encontram eco nos números da pesquisa do Observatório das Metrópoles: entre os camelôs



que relataram ter sofrido agressões, mulheres foram alvo de violência física e moral em proporção semelhante aos homens, revelando que a repressão não poupa ninguém.

“Hoje, sem arma de fogo, a Guarda já usa spray, bala de borracha, taser e cassetete contra a gente. Já somos espancados e perseguidos. Imagina quando eles estiverem armados de verdade? Isso vai aumentar as mortes, principalmente de camelôs, jovens negros e trabalhadores de rua”, afirma Maria dos Camelôs.

Além disso, o tratamento dado aos ambulantes pelo município revela uma lógica invertida, uma lógica de repressão. A categoria, que deveria ser vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho e Renda ou à de Assistência Social, está subordinada à Secretaria de Ordem Pública (SEOP). Para Maria, a Prefeitura não enxerga os camelôs como trabalhadores. “Nos tratam como problema de repressão, quando na verdade sustentamos famílias e movimentamos a economia popular”.

Mais armas, mais violações

Para Guilherme Pimentel, ex-ouvidor da Defensoria Pública do Rio, advogado popular e coordenador técnico da RAAVE (Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado), a proposta de armar a Guarda vai na contramão da necessidade de reduzir a violência estatal. Para ele, o que está em jogo é a ampliação da violência de Estado sobre populações já vulnerabilizadas.

“O Rio tem uma história de letalidade policial, sobretudo contra a juventude negra e periférica. Colocar arma de fogo nas mãos da Guarda é abrir mais um front de violações”, afirma Guilherme.

Para Guilherme, policiamento, armas e militarização são três camadas de um mesmo processo que coloca a Guarda Municipal no caminho da repressão violenta, em especial contra trabalhadores informais e a população mais vulnerável.

“O debate de armar a Guarda Municipal, ele na verdade é um debate que é consequen-

cia de outro debate, que é um debate da policialização das guardas municipais, ou seja, um debate de transformar as guardas municipais em polícias municipais. Têm um terceiro debate, que é o da militarização das Guardas e elas estarem cada vez mais operando segundo uma lógica militarizada”, analisa.

Em suma, ao transformar uma parcela da guarda em uma “Força Municipal de Segurança”, a guarda deixa de lado questões administrativas, de ordenamento público e de defesa patrimonial e começa a ter um papel de atuação na política criminal, lidando com prisões e criminalização. O risco é que, em uma guarda já marcada por práticas repressivas, o acesso a armas amplia a possibilidade de violência letal contra a população. Há ainda a tendência crescente de adotar uma lógica militar, que reforça um projeto de cidade excludente, em que a repressão aos trabalhadores informais, população de rua e vulneráveis se intensifica, em vez de políticas de apoio social ou geração de renda, por exemplo.

A lógica que orienta a chamada “ordem pública” já se mostra seletiva e desigual. “Se a política entende o camelô como problema, armar a Guarda é institucionalizar a violência contra ele”, ressalta Guilherme.

A herança que armar a guarda deixará para a cidade

Quem de fato se beneficiará com a criação de mais uma força policial no Rio de Janeiro? A circulação de armas agrava ainda mais problemas estruturais já conhecidos por parte da população, como o fortalecimento das milícias, que cada vez mais cresce, especificamente na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em 2023, segundo o Instituto Fogo Cruzado, de todos os territórios dominados por algum grupo armado, 38,9% estavam sob o domínio das milícias.

“O Eduardo Paes está criando uma milícia municipal. Ele quer ser candidato a governador e quer mostrar que consegue dar conta da segurança. Mas isso é uma grande contradição”, analisa Maria.

Além disso, a criação de mais uma força armada agrava tensões que já são comuns para grande parte da população, como o conflito entre guardas municipais e camelôs, que agora pode gerar ainda mais mortes. Exemplo similar desse cenário foi a morte do Senegalês Ngagne Mbaye em Abril deste ano pela PM de São Paulo em uma operação contra vendedores ambulantes no bairro do Brás.

“O que eu visualizo é que a gente vai ter muita briga na rua e muita gente morta,



porque essas balas já têm direcionamento. A bala da Guarda vai atingir o corpo preto de trabalhadores que vão estar na rua fazendo a roda da economia girar, querendo levar o seu sustento para casa”, complementa Maria dos Camelôs.

Outro fator é o risco para os próprios agentes da guarda, que agora portarão armas de fogo. Segundo dados do Instituto Fogo Cruzado, cerca de metade dos agentes de segurança baleados são vítimas fora do horário de serviço, sendo 60% destes casos em assaltos.

No fim, quem se beneficiará com essa nova força de segurança não será a população carioca. O jogo político de Eduardo Paes visando as eleições para governador de 2026 pode impactar negativamente os rumos do município nos próximos anos. Em uma cidade tão particular quanto o Rio, mais armas nas ruas não significam mais segurança, pelo contrário, a população se torna ainda mais refém dessa guerra por domínio de território no município.

“A gente sabe que quando a arma chega, a morte chega junto. Sabemos que vão ter vítimas fatais. Só não se sabe quando isso vai acontecer. Nem o nome dessa pessoa, nem o nome da mãe que vai chorar. E, quando isso acontecer, os autores disso têm nome e sobrenome. A gente não sabe quem apertará o gatilho, mas já sabemos os autores que estão portando as canetas, que estão assinando as ordens e as normas desse tipo de retrocessos”, finaliza Guilherme Pimentel.



Lucas Novello

“A GENTE SABE QUE QUANDO A ARMA CHEGA, A MORTE CHEGA JUNTO. SABEMOS QUE VÃO TER VÍTIMAS FATAIS. SÓ NÃO SE SABE QUANDO ISSO VAI ACONTECER. NEM O NOME DESSA PESSOA, NEM O NOME DA MÃE QUE VAI CHORAR.”

**GUILHERME PIMENTEL
ADVOGADO POPULAR E
COORDENADOR TÉCNICO DA RAAVE**

RACISMO AMBIENTAL

COMUNIDADES EM PERIGO

Lixão Morro do Céu afeta vida dos moradores

Redação

Propostas de Ação para o Combate ao Racismo Ambiental no Morro do Céu

- Formar um grupo de moradores locais com apoio de especialistas para acompanhar a situação do antigo lixão.
- Promover reuniões regulares para compartilhar informações sobre o impacto ambiental e denúncias de irregularidades junto aos órgãos competentes.
- Garantir que as autoridades locais e ambientais fiscalizem e regularizem adequadamente os lixões e suas operações.
- Envolver a comunidade local no processo de tomada de decisões sobre o manejo de resíduos e a gestão ambiental.
- Conscientização sobre os impactos do racismo ambiental nas comunidades afetadas.
- Implementar oficinas e palestras em espaços comunitários para ampliar o conhecimento sobre racismo ambiental e cuidados com o meio ambiente.



MOBILIDADE URBANA

MULHERES NO VOLANTE

No volante contra o preconceito

CNH Social ampliará número de mulheres motoristas de ônibus no RJ

Helisa Moraes

No Rio de Janeiro, a promessa da CNH Social reacende a esperança de que mais mulheres possam conquistar o volante de um ônibus. O programa, anunciado pelo Governo Federal e que tem a adesão prevista pela maioria dos estados do Brasil, busca oferecer habilitação gratuita a pessoas, sobretudo mulheres, em vulnerabilidade social. A medida chega em um cenário onde a presença feminina no transporte ainda é minoria e, muitas vezes, marcada pelo preconceito.

Dados do Departamento Nacional de Transportes (DNIT) e da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU)

mostram que, embora 35% das CNHs do Brasil estejam nas mãos de mulheres, apenas 4% possuem a categoria D, exigida para dirigir ônibus. As mulheres representam 17% da força de trabalho em empresas de transporte, visto como ambiente historicamente masculino.

Apesar da baixa representatividade, as que conseguem a vaga tendem a permanecer na profissão. Pesquisas da NTU revelam que 75,5% delas se declaram satisfeitas com o trabalho. Além disso, 68,7% já acumulam mais de cinco anos de experiência.

Michelle (foto), motorista de ônibus há quatro anos, que hoje atua na empresa Fagundes, está feliz na profissão e relata o motivo de ter escolhi-

do essa carreira e os desafios do dia a dia sobre rodas. "Desde pequena eu sempre gostei da ideia de dirigir. Porém, meu principal desafio é lidar com o público porque nem sempre você é bem tratada. Já tiveram passageiros que se recusaram a entrar no ônibus ao ver que eu era mulher", afirma. A motorista também deixa um recado para outras mulheres como ela. "Lugar de mulher é onde ela quiser", finaliza.

Apesar da satisfação das mulheres dentro desse cargo, todos os estudos socioeconômicos divulgados pelo Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (SETRERJ) nas regiões de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e Tanguá do ano

de 2021 não possuem citações a essas mulheres. Isso demonstra a falta de interesse acerca desse público.

Desafios permanecem

Apesar dos avanços, as barreiras estruturais persistem. As condições de trabalho, por exemplo, ainda são pensadas para um perfil masculino. Entre os desafios estão a ergonomia dos veículos, que não considera a estatura média feminina, a falta de sanitários adequados nos pontos finais e as longas jornadas que dificultam a conciliação com a vida familiar.

O preconceito também é diário e aparece de diferentes formas, da desconfiança de passageiros até o assédio

de colegas e superiores. Para muitas, conquistar o volante significa também enfrentar, diariamente, a resistência de um setor tradicionalmente masculino.

O lançamento da CNH Social no Rio de Janeiro pode, de fato, abrir caminho para que mais mulheres ingressem no transporte coletivo, reduzindo a barreira financeira para a habilitação profissional. No entanto, o acesso à carteira é apenas o primeiro passo.

Para que haja igualdade no setor, será preciso mais do que a oportunidade de tirar a habilitação. É fundamental a mudança na estrutura do trabalho, combater o machismo enraizado e a garantia de que o volante também pode ser um lugar de mulher.



SAÚDE

SAÚDE DAS MULHERES

Violência obstétrica dói na pele

30% das mulheres atendidas em hospitais privados e 45% das atendidas em hospitais públicos relatam ter sofrido violência verbal, física ou psicológica durante o parto

Ana Paula de Souza, Arioneide Alves,
Maria de Fátima Tomaz e Márcia Cristina Silva

Violência Obstétrica é um termo que descreve práticas abusivas, desrespeitosas, humilhantes, coercitivas ou negligentes durante o parto, o pré-natal e o pós-parto.

Quando vivenciada na própria pele refere-se à experiência pessoal e traumática de sofrer violência que se manifesta através de tratamentos desumanos, procedimentos invasivos sem consentimento, negação da autonomia da mulher e abuso da medicalização. Essa violência, muitas vezes velada e normalizada, causa danos físicos e psicológicos, afetando a qualidade de vida da mulher e saúde materna infantil.

Essas práticas podem ser realizadas por profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, parteiras, entre outros, e também podem incluir políticas institucionais que desrespeitam os direitos das mulheres durante a gestação e o parto. **Alguns exemplos de violência obstétrica são:**

- **Ausência de informação e consentimento:** ocorre quando as mulheres não recebem explicações claras sobre os procedimentos a serem realizados durante o parto e não têm a possibilidade de aceitar ou recusar essas intervenções.
- **Condutas desrespeitosas:** podem envolver o uso de linguagem ofensiva, humilhações, violação da privacidade ou atitudes discriminatórias relacionadas à raça/cor, etnia, idade, orientação se-

xual, entre outros fatores.

- **Procedimentos desnecessários:** realização de intervenções médicas invasivas, como episiotomia, cesariana sem indicação real ou indução do parto sem respaldo clínico adequado.
- **Falta de suporte emocional:** desconsideração das necessidades emocionais das mulheres durante o trabalho de parto, sem oferecer acolhimento adequado nem valorizar suas angústias ou preocupações.
- **Limitação da liberdade de movimento:** imposição de posições específicas ou restrições físicas à parturiente sem uma justificativa médica válida.

Dessa forma, a violência obstétrica é vista como um desrespeito aos direitos das mulheres na hora do parto, tirando delas a liberdade e o poder de decidir sobre o próprio corpo e pode ter consequências físicas, emocionais e psicológicas profundas para elas e seus bebês.

Uma em cada quatro mulheres no Brasil já sofreu violência durante o parto

A pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados”, realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, revelou que uma em cada quatro mulheres no Brasil já sofreu violência obstétrica, incluindo situações como gritos, realização de procedimentos dolorosos sem consentimento ou informação, falta de analge-

“TIRARAM MEU CELULAR, NÃO PUDE FALAR COM MINHA FAMÍLIA E ME NEGARAM O DIREITO DE TER ACOMPANHANTE.

MESMO COM PRESSÃO ALTA, DIABETES GESTACIONAL E O BEBÊ EM POSIÇÃO TRANSVERSA, NADA FOI FEITO.”

ANA PAULA DE SOUZA

sia e casos de negligência.

Nos anos seguintes, o estudo “Nascer no Brasil”, realizado pela Fiocruz com 24 mil mulheres entre 2011 e 2012, revelou que 30% das mulheres atendidas em hospitais privados e 45% das atendidas em hospitais públicos relataram ter sofrido violência verbal, física ou psicológica durante o parto. Esses índices foram mais elevados entre mulheres negras, com baixa escolaridade, idade entre 20 e 34 anos e residentes na região Nordeste do país.

Ana Paula de Souza, vítima desse tipo de violência na rede pública de saúde, relatou o sofrimento vivenciado tanto durante o parto quanto no período pós-parto. Ela conta: “Entrei no Hospital AZ no dia 11/02/2022, com 30 semanas de uma gestação de alto risco, já com 7 cm de dilatação e perda de líquido. (...) Tiraram meu celular, não pude falar com minha família e me negaram o direito de ter acompanhante. Mesmo com pressão alta, diabetes gestacional e o bebê em posição transversa, nada foi feito.” No pós-parto, novos desrespeitos: “Fui tratada com descaso por uma médica, que ignorava minhas falas e me tratava diferente de outras pacientes. (...) Tentaram me obrigar a sair do hospital, inclusive com ameaças

de pessoas da enfermagem e até de uma psicóloga. Depois disso, meu estado de saúde piorou, tive febre, pressão e glicose altas, além de infecção na cirurgia. Só depois de uma crise forte me medicaram e me internaram de novo, por mais de 20 dias.” Como conta Ana Paula, houve discriminação no atendimento: “Fui tratada de maneira diferente das pacientes de pele clara e tive medicamentos negados.”

A experiência relatada evidencia casos claros de violência obstétrica, incluindo negligência, desrespeito aos seus direitos, discriminação e falta de humanização no atendimento. Seu relato revela falhas graves em todos os momentos do cuidado, desde a admissão hospitalar até o pós-parto, afetando tanto sua saúde física quanto emocional, além de impactar diretamente o bem-estar de sua filha.

Até seu direito de ter um acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto imediato, que é lei, foi desrespeitado. A ausência desse apoio comprometeu o bem-estar emocional de Ana Paula e aumentou sua vulnerabilidade diante de negligências e atitudes desrespeitosas da equipe de saúde, evidenciando a necessidade de garantia efetiva desse direito.

É fundamental que as

mulheres sejam reconhecidas como sujeitos de direitos, capazes de fazer escolhas conscientes sobre sua saúde e seu corpo. Isso significa assegurar que possam autorizar ou negar qualquer procedimento médico, com acesso a informações claras, objetivas e sem vieses sobre todas as possibilidades de cuidado durante a gestação, o parto e o pós-parto. O empoderamento feminino nesse contexto implica oferecer condições para que elas participem ativamente de cada etapa do processo reprodutivo, fortalecendo a educação em saúde, desenvolvendo competências de autocuidado e incentivando a confiança em sua própria capacidade de decidir sobre aspectos que impactam sua saúde e qualidade de vida.

A violência obstétrica vivida na pele é uma realidade dolorosa, mas não precisa ser uma sentença. Ao promover a conscientização e exigir um atendimento digno e de respeito, estamos construindo um futuro onde colocar um ser humano no mundo seja, de fato, um momento de celebração para todas as mulheres.

Ana Paula de Souza é aluna do Curso de Comunicação Popular 2025. Nesta matéria realizada em grupo, ela é autora e entrevistada.



PROMOÇÃO DE DIREITOS

LUTA CONTRA LGBTFOBIA

Políticas LGBTQIAPN+ avançam mas enfrentam barreiras nas políticas públicas da Baixada

Mesmo com leis, planos estaduais e centros de cidadania, a população LGBTQIAPN+ ainda sofre com violência e exclusão

Edmilson Gomes, Jonathan Monteiro e Rodrigo Vasconcelos

“Nunca se teve tanto, mas o que se tem é praticamente nada”, disse Luiz Melo, professor da Universidade Federal de Goiás, durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBTTT, em 2011. Quase 15 anos depois, os avanços nos direitos da população LGBTQIAPN+ ainda são limitados, especialmente na Baixada Fluminense, região que abriga mais de 20% dos moradores do Rio de Janeiro, mas não possui políticas municipais claras voltadas para a comunidade.

Houve conquistas importantes no Brasil, como o reconhecimento do casamento civil (2013), o direito à adoção por casais homoafetivos (2015), a possibilidade de retificação de nome e gênero em documentos (2025), atendimento específico no SUS (2011) e a equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo (2019). No entanto, essas vitórias não garantem, por si só, a plena cidadania para

essa população. A exclusão social, a violência e a negação de direitos básicos seguem presentes no cotidiano de pessoas LGBTQIAPN+. É o que mostra o relatório mais recente do Grupo Gay da Bahia, que aponta um aumento de 8,8% nas mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ em 2024.

Promoção de direitos

O estado do Rio de Janeiro dispõe de um conjunto de leis e estruturas institucionais voltadas à promoção dos direitos da população LGBTQIAPN+. Entre os principais marcos estão a Lei nº 3.406/2000, que estabelece sanções para estabelecimentos que pratiquem discriminação por orientação sexual, e decretos que garantem o uso do nome social por pessoas travestis e transexuais na administração pública estadual. A articulação dessas políticas é conduzida pelo Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT (CELGBT).

Políticas públicas na BXD

A Baixada Fluminense tem mais de 3,5 milhões de habitantes e é composta por 13 municípios, mas só cinco equipamentos públicos para cuidar dessa gente toda: quatro Centros de Cidadania LGBTI+ e um Polo LGBTI de Direitos Humanos, localizados em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, e Belford Roxo. E os outros oito municípios, como ficam?

“Apesar de avanços recentes, a atuação dos Centros de Cidadania LGBTI na Baixada Fluminense ainda enfrenta entraves estruturais que dificultam a ampliação de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ na região”, avalia Pedro Oliveira, especialista em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela Fiocruz/ENSP e assistente social do programa estadual Rio Sem LGBTfobia. Os centros, que são equipamentos públicos mantidos pelo Estado em parcerias com alguns municípios, oferecem apoio social, jurídico e psicológico especializado às pessoas LGBTI+ e seus núcleos familiares.

De acordo com o assistente social, “a concentração de ações do Estado escancara o desinteresse de alguns governos municipais em se comprometer com as necessidades da população LGBTI+”. Para ele, é nas cidades que a população acessa serviços essenciais, como saúde, educação, assistência social e cultura. Quando um município assume a responsabilidade, ele reconhece “as especificidades da população LGBTI+ e oferece respostas mais efetivas contra à discriminação, à violência e à exclusão”, pontua.

Um exemplo desse movimento são municípios que possuem Centros de Cidadania LGBTI+ ou equipamentos específicos na esfera municipal, como a Coordenadoria de Diversidade Sexual em Mesquita e a Superintendência de Diversidade Sexual de Nilópolis.

Casa Dulce, um porto seguro na Baixada

Foto: Bárbara Dias/RioOnWatch



Shirley de Maria Padilha, coordenadora da Casa Dulce Seixas, ao lado de seus acolhidos

Primeira casa de acolhimento LGBTQIAPN+ da Baixada Fluminense com serviço social e abrigo com tempo indeterminado

Localizada em Nova Iguaçu, a Casa Dulce Seixas é a primeira — e até o momento única — casa de acolhimento para a população LGBTQIAPN+ em todos os 13 municípios da Baixada Fluminense. O espaço funciona como um ambiente seguro, voltado para a assistência social e sem tempo determinado para o acolhimento. “Cada um tem um processo de vida, de estruturação”, afirma Natã Coutinho, assistente social da Casa. Apesar de ter estrutura para receber até 30 acolhidos, atualmente a organização abriga apenas 20.

Os trabalhos, coordenados por Shirley de Maria Padilha, liderança comunitária e religiosa da região, vão além da comunidade LGBTQIAPN+ e englobam todos os moradores do bairro que necessitem de assistência, independentemente de gênero ou de orientação se-

xual. Shirley realiza ações de acolhimento de longa data, projeto pessoal que cresceu com o apoio de Indianarae Siqueira, fundadora da CasaNem, um centro de acolhimento LGBTQIAPN+ na Lapa, na cidade do Rio. “O nome é em homenagem à Dulce Seixas, filantropa que patrocinava esse trabalho de Shirley e também quem doou o terreno onde hoje fica a Casa”, conta o assistente social.

Com a falta de políticas públicas e de apoio das prefeituras, o centro de acolhimento funciona como uma maneira de cobrir uma cicatriz causada pelo abandono, mas ainda não é suficiente.

Doações de alimentos e itens de higiene:

@casadulceseixas
Pix: (21) 99205-5064

Foto: Prefeitura de Mesquita/Reprodução



Ação em alusão à visibilidade trans em Mesquita, organizado pela Coordenadoria Municipal de Diversidade Sexual

PRIVATIZAÇÃO DOS DIREITOS

ÁGUAS DO RIO OU DO CAPITAL?

A água não chega, mas a conta chega... E AUMENTA!

Trabalhador sofre com a privatização nos ombros: contas abusivas, lucro bilionário e o povo sem o direito mais básico. Até quando seremos reféns de quem só quer o nosso dinheiro?

Diego Lopes

A água sempre foi um direito vital para garantir nossa dignidade, nosso arroz com feijão, e é tão necessária quanto é certo o nosso suor diário. Mas esse direito é transformado em luxo quando os ricos usam o Estado para impor a privatização da água. O povo do Rio, que trabalha todo dia sem conseguir descansar direito, sofreu mais um ataque com a retirada de mais um serviço público. A prova disso não está em relatórios e discursos dos empresários, está em nosso bolso e na torneira vazia.

Em abril de 2021, parte da empresa pública de águas e saneamento, a CEDAE, foi vendida para a empresa privada Águas do Rio. Porém, em vez de melhorar a distribuição, a Águas do Rio informou que os lucros iriam para pagamento aos donos da empresa. So-

mente em junho de 2024, foi anunciada a entrega de 78% dos lucros aos donos. Do total que a empresa fatura com nosso dinheiro, é como se apenas uma pequena fatia fosse utilizada para manter a operação da empresa e prestar algum serviço para o povo.

São muitos os relatos de envio de cobrança sem leitura de hidrômetro e aumentos abusivos. É uma lógica que parece muito com a de um banco, quanto mais endividado o povo estiver, mais a instituição financeira lucra. Só que neste caso, não se trata de dívida que seja suportável. Se trata de falta de água para tomar banho, para cozinhar, para beber. Trata-se da nossa vida!

Não é a toa que essa lógica de banco entrou na vida da população. Um dos três sócios do grupo que controla a Águas do Rio é o banco ITAÚ.

Nessa lógica da empresa privada, que precisa fazer

dinheiro custe o que custar, aumentar o preço do serviço mesmo sem entregar a água é um caminho que eles julgam viável para aumentar o lucro e distribuir aos ricos. Essa é a realidade do povo no Rio de Janeiro. Fizeram propaganda pela privatização da CEDAE como a solução para os problemas de qualidade e falta de água. Como sempre acontece, prometem investimentos e “serviço de Primeiro Mundo”.

A grande imprensa, parceiros do negócio, ajudam a organizar, facilitam a transação e aplaudem o resultado. Hoje, os dados confirmam a nossa desconfiança. É uma vergonha que o povo está pagando caro, em todos os sentidos.

A CARA DA EXPLORAÇÃO a política da burguesia

Os dados mais recentes, de 2024 e 2025, não deixam dúvidas. A privatização não melhora a nossa vida, serve apenas para encher o bolso dos ricos. O governador que privatizou a distribuição da CEDAE, Cláudio Castro (do PL), chegou a dizer que precisava aumentar a tarifa porque errou quando colocou o valor do leilão da empresa. A Águas do Rio aplicou um aumento na tarifa de 13%, com autorização da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agerensa). Não houve avaliação de critérios como tarifa social, da qualidade do serviço e outros.

A privatização de parte da CEDAE em 2021 garantiu a eleição de Castro em 2022 diante de um cenário de crise. Agora, em maio de 2025, um grupo composto pelos bancos BTG Pactual e BR Partners foi



escolhido para avaliar uma nova privatização da CEDAE. O governador que se candidatar ao Senado e garantir que seu grupo político permaneça no governo do RJ.

Dados do Boletim da Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde da Fiocruz (ENSP) apontam uma estratégia clara de baixo investimento (sucateamento) na CEDAE para que sua privatização fosse possível. Após a privatização em 2021, os investimentos do Governo do RJ saltaram para valores ainda maiores do que antes (tabela abaixo).

Uma vida de humilhação e luta

É na ponta que a gente sente a verdade. É a mãe que precisa acordar de madrugada para encher os baldes para o banho dos filhos. É a falta de água para dar descarga, que causa um problema de saúde. É a vergonha de não poder oferecer um copo de água limpa para uma visita. A gente paga caro por um serviço ruim. Quando reclamamos, somos tratados como “meros clientes”, não como cidadãos, seres humanos que têm o direito à vida.

Dona Maria da Glória, de 92 anos, moradora de Vila Isabel, teve seu hidrômetro trocado pela Águas do Rio e viu sua conta de água explodir de um valor médio de R\$ 150 para R\$ 1.660 junho de 2023. Na casa, vive apenas com sua filha, de 61 anos. A equipe da empresa não localizou nenhum vaza-

mento e a família entrou com uma contestação. Enquanto isso, a conta de julho já chegou: R\$ 1.796.

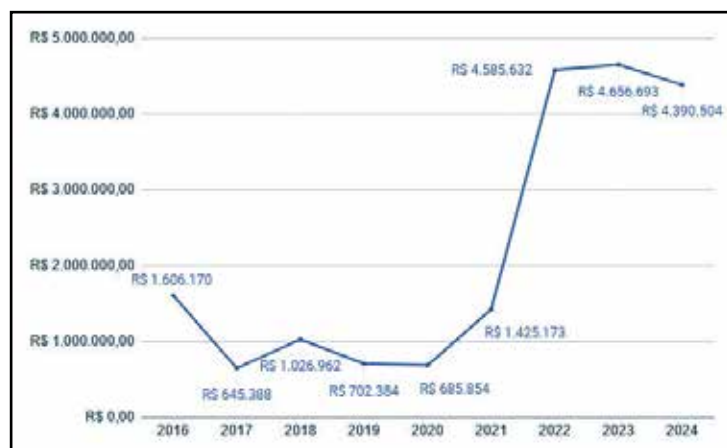
É por isso que a nossa luta pela água é muito mais do que uma briga por números ou por um boleto. É uma luta pela nossa vida, pela nossa saúde, pela nossa dignidade. A privatização não trouxe solução, trouxe um novo tipo de exploração.

O CAMINHO É UM SÓ o povo no controle

Não podemos aceitar que a água seja transformada em fonte de lucro para um pequeno grupo. A saída não é trocar uma empresa privada por outra. A saída é reverter a privatização e lutar por uma CEDAE do povo!

Uma CEDAE que seja pública, transparente e, principalmente, sob controle popular. Onde as decisões sobre as tarifas e os investimentos não sejam tomadas em uma sala de reunião com banqueiros, mas em assembleias de bairro, com a participação de trabalhadores e moradores. Onde cada real pago na conta de água seja revertido em melhoria do serviço e não em lucro para acionistas.

É tomarmos o controle dessa luta, de conversar com o vizinho, de se organizar na comunidade e de pressionar os políticos que fazem parte desse esquema. A água é nossa. O saneamento é nosso. Vamos lutar e a vitória será da classe trabalhadora!



O PAPEL SOCIAL DO FUTEBOL

Nova Iguaçu Futebol Clube é cultura, gente e transformação

Crianças e jovens encontram no esporte um espaço de pertencimento e oportunidade, mostrando que a Baixada é muito mais que violência

Ana Clara Souza

Quando se fala em futebol no Brasil, logo vem à cabeça os gigantes do Rio: Flamengo, Fluminense, Botafogo e Vasco. Mas quem anda pelas ruas de Nova Iguaçu sabe que existe um ou-tro gigante, de cor laranja, que cresce na Baixada: o Nova Iguaçu Futebol Clube.

O Laranjão, apelido do estádio Jânio Moraes, começou a ser erguido pelo clube em 2005. Ele conta com uma estrutura que poucos clubes do Brasil possuem. Além do estádio, o clube tem um Centro de Treinamento de **135 mil metros quadrados**, que reúne oito campos, piscina, quadras, dormitórios, academia e muito mais.

Nasceu em um terreno abandonado, conquistado com apoio de Zico, ídolo do Flamengo, quando era secretário de Esporte do governo de Fernando Collor, entre 1990 e 1991.

O uso social do espaço do clube é parte essencial dessa história: áreas que antes estavam abandonadas ou sem função coletiva passaram a ganhar novo significado ao se transformarem em locais de encontro, lazer e convivência.

O estádio e o centro de treinamento tornaram-se mais do que uma arena esportiva. Hoje são um ponto de referência

comunitária, onde jovens encontram no futebol uma forma de cultura. Ressignificar espaços urbanos abandonados é, portanto, um gesto de reconstrução prática. Onde antes havia o silêncio da terra ociosa, hoje há o sonho de atletas em formação e a construção de uma identidade que dá sentido e vitalidade à cidade.

Onde o futebol vai além do esporte

O grande diferencial do Nova Iguaçu está na **base**. Hoje, são mais de **10 categorias**, a partir do **sub-7**. No time, o futebol é mais que esporte: é **formação, disciplina e pertencimento**.

O clube mantém um **refeitório** que serve, em média, **80 refeições por dia** para os atletas. *“Muitos desses meninos passam mais tempo aqui do que em casa. E sabemos que alguns nem sempre têm comida garantida. Então a gente puxa pra gente a responsabilidade de ser parte da família desses meninos.”*, explica Jânio.

Apesar de haver estrutura para abrigar atletas de fora, o clube reforça a importância de que os jovens morem com suas famílias. Acreditam que o contato diário com pai, mãe, avós e irmãos é essencial para o desenvolvimento desses meninos. O tempo em casa, ao lado

da família, é valorizado tanto quanto os treinos dentro de campo.

Uma percepção comum no clube é que, quando um jovem passa o fim de semana em casa e retorna na segunda-feira, ele volta com um gás diferente. Isso acontece porque o contato com a família é a principal fonte de motivação: são eles que inspiram a seguir firme no sonho de se profissionalizar e transformar a vida de todos em casa.

Hoje, cerca de 80% dos jovens são oriundos da Baixada Fluminense, com algumas exceções vindas da Zona Oeste ou de outras áreas do Rio. Ao todo, já são mais de 300 crianças integradas ao clube, sem contar as escolinhas parceiras espalhadas pela Baixada, que também recebem o apoio do time.



Primeiro time do RJ a obter o certificado de Clube Formador da CBF

O Nova Iguaçu é conhecido por revelar jogadores para o Brasil inteiro. Já passaram por lá nomes consagrados como **Zinho** e **Edmundo** e, mais recentemente, jovens promessas que brilharam no Campeonato Carioca de 2024. O atacante Carlinhos foi para o Flamengo, o goleiro Fabrício seguiu para o Internacional, o volante Albert chamou a atenção da Chapecoense e da Ponte Preta e Maicon foi vendido para um clube da Bulgária.

O Nova Iguaçu Futebol Clube foi o pioneiro no Rio de Janeiro a conquistar o certificado de clube formador da CBF, consolidando-se como referên-

cia na formação de jogadores. O ingresso dos participantes acontece por meio de peneiras, e a permanência depende de critérios como frequência, rendimento escolar e disciplina. O clube conta com uma estrutura completa, com campos e espaços adequados para os treinos, além de uma equipe dedicada que vai desde treinadores até profissionais de apoio para acompanhar todo o processo.

O presidente Jânio fala: **“O Nova Iguaçu é respeitado pelos gigantes do Brasil porque conseguimos formar profissionais disciplinados. Mais do que bons jogadores, formamos homens respeitosos, com caráter e disciplina.”**

É possível transformar territórios muitas vezes esquecidos em locais de cultura e oportunidades. A Baixada, apesar de marcada por desafios sociais, não é apenas crime ou violência. É também lugar de gente feliz, que brinca, que torce, que joga e que tem talento. Investir, mostrar e vibrar com a torcida é lembrar que a Baixada é lugar de vida, de comunidade e de histórias que devem ser compartilhadas também com orgulho.



EDUCAÇÃO

DIREITO DAS MULHERES

Nunca é tarde: a trajetória de mulheres 50+ nos pré-vestibulares populares

Nas ladeiras da favela do Chapéu Mangueira e da Babilônia, pulsam uma sala de aula em que sonhos antigos se misturam à energia de quem insiste em acreditar que nunca é tarde para aprender.

Emanuela Amaral



**ESTUDANTES
ACIMA DOS 40
ANOS REPRESENTAM
HOJE 13,4% DAS
MATRÍCULAS NO
ENSINO SUPERIOR**

O pré-vestibular popular organizado pelo Movimento Popularize tornou-se um refúgio e um espaço de esperança para estudantes que carregam décadas de vida, trabalho e responsabilidades nas costas, mas que decidiram desafiar as estatísticas. São mulheres que interromperam os estudos para trabalhar e criar seus filhos, mas voltaram às salas de aula para reivindicar um direito negado: o de aprender, de sonhar e de se reinventar.

Esse é caso de Cosma Gonçalves de Abreu, 59 anos. Moradora da Penha ela é uma dessas vozes. Terminou o ensino médio tardiamente e, depois de criar seus filhos, enfrentou jornadas duplas entre o trabalho e as aulas noturnas em uma Escola Estadual.

Hoje, já com os filhos criados, reencontrou no pré-vestibular um propósito, mesmo depois de cursar um ano sem conseguir a aprovação, ela voltou para estudar mais um ano. “Eu não desisto fácil, vou

continuar insistindo. Também gosto de ir no curso. Aprendo muita coisa lá, e também é um espaço que socializo”, conta.

Cosma deseja cursar Pedagogia, profissão que já se esboça em sua trajetória como professora da Escola Bíblica Dominical em sua igreja. “É muito bom ir (no pré-vestibular) porque a gente aprende sempre coisas novas, e estudar no pré me dá um sentido de vida também.”

Quando pensa na sonhada aprovação, Cosma lembra dos pais. Ela, que é filha caçula, sempre foi considerada a filha estudiosa. Para ela entrar em uma universidade e se formar será uma vitória para toda a família, inclusive seus falecidos pais: “Queria que eles estivessem aqui para ver a menina estudiosa da família passar no vestibular”.

Na mesma turma, Nilce dos Santos de Jesus, 66 anos, moradora do Morro da Babilônia, também carrega a marca de uma vida dedicada ao trabalho e à família. Depois de criar os filhos e trabalhar como cuidadora, formou-se pelo EJA e decidiu enfrentar o vestibular. Como tem um histórico de trabalhar como cuidadora, Nilce quer seguir trabalhando na área do cuidado e da saúde, seu sonho é cursar Fisioterapia. Mas a caminhada é cheia de tropeços: “Química e física são muito difíceis, eu não

tinha essas matérias na escola. Mas os professores do pré são muito parceiros, me ajudam a não desistir”.

Tanto Cosma quanto Nilce já viveram a frustração de não passar no vestibular no primeiro ano. Mas, em vez de desistirem, refizeram as malas e retornaram às salas do pré-vestibular, num gesto de teimosia e coragem. A

insistência, mais do que uma escolha, é um ato de resistência diante de um sistema educacional que historicamente excluiu jovens e adultos em situações de vulnerabilidade. É nesse retorno que elas se fortalecem, e é nele que encontram não apenas a chance de entrar na universidade, mas também um lugar de encontro, troca e afirmação.

**“QUERIA QUE ELES ESTIVESSEM
AQUI PARA VER A MENINA
ESTUDIOSA DA FAMÍLIA PASSAR
NO VESTIBULAR”**

Histórias como as de Cosma quanto Nilce se cruzam com os números: segundo o INEP, os estudantes acima dos 40 anos representam hoje 13,4% das matrículas no ensino superior, e mais de 51 mil pessoas com 60 anos ou mais estão em cursos de graduação no Brasil. Ao mesmo tempo, o país ainda convive com uma demanda reprimida: em 2024, havia 8,7 milhões de jovens sem o ensino médio concluído.

RESISTÊNCIA CULTURAL

Batuque resistente

Em meio a uma tentativa de silenciamento, a periferia demonstra também que é uma fábrica artística

Ana Luiza Teixeira, Ana Leone, Clara Reis,
Maria Fernanda Sueth, Rafaela Cristine e Rodrigo Maciel

Entre as zonas mais afastadas da cidade do Rio, a música sempre foi um movimento importante em sua cultura. Ela conta histórias de luta, origem e sobrevivência. O samba nasceu no Rio de Janeiro no início do século 20, da mistura de ritmos da África com os costumes daqui. No final dos anos 1960, o tropicalismo foi um movimento artístico contra a ditadura militar, contando com artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil. Já nos anos 80, o funk criou um estilo próprio no Rio, virando uma marca da cultura das periferias.

Na década de 90, o grupo de rap Racionais MC's mudou o mundo da música. Eles mostraram como é a vida nas periferias para todo mundo ouvir. Suas letras falam sobre a injustiça social e o preconceito que faz parte da sociedade.

O rap, o funk e o trap não só ditam a moda na música, mas também criam

espaços de ideias. Esses estilos são recursos que ajudam a formar opiniões, valores e a ideia de comunidade.

Pesquisas recentes mostram que os estilos musicais consumidos por diferentes grupos sociais estão associados a formas de pensar e agir. De acordo com a Revista Urbana, elaborada pela Unicamp, 62% dos jovens apontam que suas escolhas musicais refletem seu jeito de ver o mundo. Em contraponto, 47% reconhecem que algumas letras os fizeram repensar atitudes ou opiniões. Dessa forma, podemos perceber que, mesmo sutilmente, a música age como uma espécie de guia moral.

A discussão sobre música e cultura na periferia do Rio não é apenas sobre estilos musicais, mas sobre reconhecimento, espaço político e direito a percorrer espaços na cidade.



Música BXD 4

**62% DOS JOVENS APONTAM QUE SUAS
ESCOLHAS MUSICAIS REFLETEM
SEU JEITO DE VER O MUNDO.**

FONTE: REVISTA URBANA, ELABORADA PELA UNICAMP

**"TODAS ESSAS PESSOAS TÊM UM PONTO EM COMUM:
A PAIXÃO PELA MÚSICA"**



Um Rio de música para todos

A Rio de Música, fundada em 2013 por Bruno Aguilar e Antônio Carlos da Costa (Rio de Paz), surgiu para conectar pessoas à música na favela do Jacarezinho. Foram cinco anos de mudanças de sede por motivos de segurança e busca por recursos até conseguirem se centralizar no Colégio Estadual Professor Clóvis Monteiro no bairro de Higienópolis, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

De segunda a quinta, pessoas de qualquer idade podem chegar e participar de aulas de diversos instrumentos. Dentre eles estão: bateria, baixo, violão, piano, flauta e percussão. Além disso, os alunos têm aula de canto, com repertórios que homenageiam cantores e compositores brasileiros. Mais do que uma escola de música, a Rio de Música ultrapassa a proposta de apenas ensinar música gratuitamente. Ela se tornou um lugar de acolhimento e de "cura".

O que pensa Thiago, coordenador da Rio de Música

Nosso jornal, Vozes das Comunidades, conversou com o coordenador da ONG, Thiago Freitas. Ele fala sobre o poder da comunidade musical criada através da Rio de Música e o seu papel além da música: "O projeto conecta vidas porque a gente vive numa cidade que é dividida em todos os aspectos: financeiros, geográficos, de oportunidade, periferia, asfalto, morro, favela, Zona Sul, Zona Norte, polaridade política, religiões – são os crentes, os católicos, os candomblecistas, os mais velhos, os mais novos, os pobres, os ricos. Você chega no Rio de Música, você encontra tudo no mesmo lugar tocando em conjunto", conta Thiago.

MÚSICA: FERRAMENTA DE CURA

"O mais importante para a gente no momento é você perceber que você cria um ambiente de bem-estar social, psíquico, de saúde mental mesmo das pessoas."

PROPÓSITO DA MÚSICA

"Um recurso de conexão de pessoas e realidades distintas."

INSERÇÃO NA COMUNIDADE

"As questões que começam a aparecer para a gente ali vão além da música. Então, a gente acha importante estar integrado com as outras organizações que estão no território. São organizações de saúde, de assistência, de segurança, porque tudo ali vai dialogar. Se você está inserido naquele local geograficamente, você está subordinado a tudo que acontece ali. As questões de segurança afetam a Rio de Música. As questões de saúde, de assistência social, afetam a Rio de Música e os alunos que a gente atende"

CULTURA

Rodas de Poesia & Rima



Primeiro Slam BXD em Janeiro de 2018 / Reprodução: Facebook

Slam na BXD



◀ Gabriel dos Santos e Indiara Santos / Crédito: Herbert dos Santos "Jomboh"

Afrodite BXD e Maui em agosto de 2024
Reprodução: Instagram



As rodas de poesia e rima conhecidas como Slam foram criadas nos Estados Unidos na década 80, com o poeta Marc Smith em Chicago. Ele propôs competições de poesia oral em que os participantes se apresentam e são avaliados pelo público. A ideia era que pessoas comuns compartilhassem suas experiências pessoais a partir de temas sociais, raciais e de gênero.

A poesia slam chegou ao Brasil em 2008. A atriz e cantora Roberta Estrela D'Alva criou a ZAP (Zona Autônoma da Palavra) em São Paulo. Foi a primeira competição brasileira do gênero.

Já no Rio de Janeiro, a primeira batalha de slam documentada publicamente foi o 1º Rio Poetry Slam, realizado em 2014 na FLUPP (Festa Literária das Periferias). Seguindo a rotina, nos anos seguintes, em dezembro de 2020, já havia 200 comunidades de slam em vinte estados brasileiros. Os campeões de cada comunidade disputam as edições estaduais.

O Slam, por só existir na cidade do Rio, excluía uma parcela de pessoas que moravam em partes distantes da cidade. Como exemplo, residentes da Baixada Fluminense.

Em 2017, um grupo de moradores da baixada se reuniram para transformar essa triste realidade. Gabriel dos Santos, conhecido como o artista "Maui", Indiara Santos, atualmente formada em Ciências Sociais pela UFRJ, e Herbert Cardoso, conhecido como "Jomboh", fotógrafo, filmmaker e editor de vídeo foram os responsáveis pela criação do Slam BXD.

mostrar a poesia em outros ambientes", conta Gabriel dos Santos, o Mc Maui.

O Slam BXD se consolidou como um importante espaço de expressão cultural na Baixada Fluminense, valorizando vozes periféricas e contribuindo para a difusão da poesia falada no estado do Rio de Janeiro.

Embora a história do slam no Rio de Janeiro remonte a experiências na Baixada Fluminense entre 2012 e 2013, o Slam BXD, em 2018, inaugurou um novo momento na cena. Diferente dos encontros pontuais, organizados de forma casual, o Slam BXD se consolidou como o primeiro slam periódico da região, inserido no circuito oficial de batalhas.

"Na Baixada, antes era assim: tinha um slam marcado para um dia, acontecia e pronto. O Slam BXD chegou com outra proposta: garantir que todo mês haveria uma batalha de poesia, criando um marco na cidade. E aí a gente criou uma comunidade de escritores e de ouvinte de literatura, uma comunidade de alinhamento político também, porque é isso, eram jovens que estavam ali conversando, debatendo.", relata Gabriel dos Santos.

O Slam BXD também se tornou um espaço de revelação de talentos e de fortalecimento de trajetórias artísticas.

Diversos nomes que hoje circulam na cena cultural deram seus primeiros passos ou ganharam visibilidade nas batalhas realizadas na Baixada Fluminense. Entre eles estão Mal e Afrodite BXD, Valentina — uma mulher trans que encontrou no slam o ponto de partida para sua atuação artística — e Eduardo Godar.

Apesar do impacto histórico para moradores da Baixada Fluminense, manter o projeto em atividade é um desafio. A falta de recursos dificulta escolhas aos organizadores. Eles reconhecem a importância do grupo, mas também a necessidade de priorizar outras manifestações culturais.

"Meu sonho é voltar com o Slam BXD, mas a gente precisa ser honesto: hoje existem outras expressões mais viáveis e financeiramente acessíveis em termos de impacto. O slam acaba não sendo prioridade na produção cultural que eu pretendo realizar", admite Gabriel dos Santos.

Ainda assim, o circuito segue vivo: o campeonato estadual reúne mais de 30 slams espalhados pelo Rio de Janeiro. "Nem todo mundo é cantor, dançarino ou DJ. O Slam é o espaço do poeta. Ele continua forte, oferecendo voz para quem encontra na palavra sua principal forma de expressão", completa Gabriel.

A primeira edição do Slam BXD no Rio de Janeiro aconteceu em 2018, na Praça do Pacificador, em Duque de Caxias. Desde então, o evento passou a reunir poetas da região mensalmente, mantendo um calendário alinhado ao campeonato estadual de slams.

Durante o período em que as vagas para o estadual já estavam definidas, as batalhas diminuíram o ritmo e os encontros assumiram um caráter especial, com apresentações coletivas em universidades e espaços culturais diversos.

"Nesse período, a galera dava uma descansada das batalhas, já que a competição estadual estava fechada, e a gente aproveitava para circular,

RESISTÊNCIA CULTURAL

A música como alavanca

Clara Reis



Jovens durante aulas de percussão do grupo AfroReggae

Resistir e persistir sempre foi o lema do AfroReggae. No ano de 1993, após a chacinha de Vigário Geral, um novo grupo surge para acolher e dar assistência à comunidade. Em meio ao caos, instrumentos de percussão se tornaram presentes no projeto, permitindo que os moradores mostrassem seus talentos.

A força dos batuques era marcante, e rapidamente se transformou em uma banda, que foi apadrinhada pela atriz Regina Casé e o cantor Caetano Veloso. Aos poucos, o som da comunidade ganhou o Brasil e o mundo, tornando-se uma marca importante da cultura do país.

Os preconceitos sociais que circulam na arte da periferia nunca foram vistos como barreiras, mas sim como combustível os que incentivam cada vez mais. Esse desejo foi o responsável pelo nascimento da gravadora e editora, Crespo Music, o único estúdio com tecnologia de ponta dentro de uma favela no Brasil. O obje-

**OS
PRECONCEITOS
SOCIAIS QUE
CIRCULAM
NA ARTE DA
PERIFERIA
NUNCA FORAM
VISTOS COMO
BARREIRAS,
MAS SIM COMO
COMBUSTÍVEL**

tivo dos produtores, Adilson Junior e Thalles Moretenson, é dar um lugar aos artistas pretos, periféricos e da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Nas canções, principalmente no trap, a realidade vivida é passada por meio das estrofes e os artistas conseguem mostrar suas diferentes visões mundos.

O coletivo tinha suas próprias estratégias para que a arte fosse vista como cami-

nho de crescimento econômico. Celulares, roupas da moda e boa fala demonstravam que a música pode levar a conquistas que parecem impossíveis aos moradores da favela. O objetivo era simples: deixar claro que as conquistas através da música são uma alternativa para a vida no crime.

Os produtores entendem seu trabalho como uma forma de incentivar os sonhos dos artistas: “A ideia da Crespo é que essas pessoas estejam no mercado musical também para diversificar”, conta Adilson.

A gravadora busca alcançar 80 lançamentos durante o ano. Seus estilos de arte são variados: cantores de forró até o funk, podem fazer parte da Crespo Music. A equipe se preocupa com a qualidade do resultado, onde o processo é paciente e bem guiado pelo talento dos produtores. O Centro Cultural Digital Waly Salomão, onde fica a sede do AfroReggae, se tornou o centro de cultura e referência para quem entende a arte como um movimento de transformação.

**Tudo que nós
tem é nós!**

**Rede de
Comunicadores
Populares
do Núcleo
Piratininga de
Comunicação!**



Claudia Santiago

O Curso de Comunicação Popular do NPC conclui, em 2025, a sua 21ª turma. Desde 2004, de diferentes formas, atuamos na formação em comunicação popular em favelas, periferias e ocupações urbanas do Rio de Janeiro. Uma formação comprometida com a prática de uma comunicação para transformação social e com os coletivos locais que fazem comunicação popular.

A rotina inclui vários meses de aulas aos sábados, quinzenalmente, onde nos conhecemos, ensinamos, aprendemos e construímos laços que, felizmente, têm se sustentado para muito além das atividades do projeto. O Festival da Comunicação Sindical e Popular, por exemplo, há dois anos acontece porque alunos e ex-alunos do NPC chegaram junto e se apresentaram como o que sonhamos: uma Rede De Comunicadores Populares.

Estamos vivendo transformações aceleradas na comunicação. A atenção das pessoas é o que há de mais precioso no mundo atual. São mídias digitais, fake news, inteligência artificial. Sem falar nos tradicionais meios de comunicação sempre ligados aos interesses de banqueiros, do agronegócio, das Fiesps e avenidas Farias Lima. Estamos concorrendo com a Globo e também com enormes e poucas empresas estadunidenses de tecnologia: as Bigtechs.

“segundo levantamento do *Visual Capitalist*, cerca de 899 bilhões de dólares em 2019, o equivalente a 48,8% do PIB do Brasil. O Google (pertencente ao grupo Alphabet) controla 92% do mercado de navegação online e é o site mais visitado do mundo, o que revela o controle de dados e do fluxo de informação do mundo todo centrado em poucas empresas estadunidenses” escreveram Andressa da Silva e Claudio Penteado (2023).

Nesse cenário, a Comunicação Popular ganha ainda mais importância. O mundo do trabalho mudou. Mas a vida nos bairros, comunidades e favelas onde vive a classe trabalhadora não mudou. As pessoas seguem suas vidas nas escolas, comércios, igrejas, clínicas da família e associações de diversos tipos. E ligando e conversando sobre tudo isso está a comunicação popular.

O Núcleo Piratininga agradece a todas e todos os que nos ajudaram a realizar este curso ao longo dos últimos anos. São muitos. Ceris (CNBB), Rede de Povos e Comunidades contra a Violência, CMP, AEC, Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, Senge-RJ, Fisenge, Sepe, Sinpro, Sisejufe, Ocupação Manoel Congo, Quilombo da Gamboa, Pré-vestibular do Ceasm, Fala-Rocha, Ocupação Vito Giannotti, Jornal O Cidadão, Dicionário de Favelas Marielle Franco.



Um abraço apertado para toda a Rede de Comunicadores Populares do Núcleo Piratininga de Comunicação! E um beijo especial à Fundação Rosa Luxemburgo, sem a qual o Vozes das Comunidades, não completaria 20 anos.